CONTRATO Nº 07/2022-PGM
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00047.002318/2021-06

CONTRATO PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DA PGM, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE TERESINA, ATRAVÉS DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO E A EMPRESA MARIA CLARA SILVA SOUSA - ME (AC REFRIGERAÇÃO), NOS TERMOS DAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/2002 E SUAS ALTERAÇÕES.

O MUNICÍPIO DE TERESINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Marechal Deodoro, nº 860, Palácio da Cidade, através da **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO,** CNPJ 06.554.869/0003-26 com sede e administração nesta capital, na Av. Nossa Senhora de Fátima, n° 2341, por seu titular, **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, AURÉLIO LOBÃO LOPES,** CPF nº 788.136.703-20, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **MARIA CLARA SILVA SOUSA - ME (AC REFRIGERAÇÃO),** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 39.246.092/0001-20, com sede na Rua João Isidoro França, n° 6532, sala 01, Poti Velho, Teresina-PI, neste ato representado por sua representante, a Sra. **MARIA CLARA SILVA SOUSA,** CPF nº 06.646.233-67, e RG 3.571.056 SSP-PI, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato de prestação de serviço, através de Dispensa de Licitação, de acordo com as Leis 8.666, de 21.06.1993, e suas alterações posteriores, e 10.520, de 17.07.2002, mediante cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a Prestação de serviço manutenção dos aparelhos de ar condicionado da Procuradoria Geral do Município de Teresina – PGM, conforme especificações e quantitativos abaixo, para atender as necessidades da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

ITEM	MARCA	SALA	BTUS	SERVIÇO	VALOR
1	MIDEA	adjunta	12	manutenção corretiva	R$ 150,00
2	MIDEA	adjunta	18	manutenção corretiva	R$ 180,00
3	MIDEA	adm. assessoria	12	manutenção corretiva	R$ 180,00
4	KOMECO	administrativa	24	manutenção corretiva	R$ 180,00
5	MIDEA	aforamento	12	manutenção corretiva	R$ 150,00
6	MIDEA	chefia gabinete	12	carga de gás manutenção corretiva	R$ 400,00
7	MIDEA	corregedoria	12	manutenção corretiva	R$ 150,00
8	MIDEA	corregedoria	12	manutenção corretiva	R$ 150,00
9	ELGIN	DAI	24	manutenção corretiva	R$ 180,00
10	MIDEA	divisão de patrimônio	12	manutenção corretiva capacitor 35+5,2UF	R$ 200,00
11	MIDEA	financeiro	12	manutenção corretiva	R$ 150,00
12	MIDEA	fiscal	12	manutenção corretiva capacitor 35+5,2UF	R$ 200,00
13	ELECTROLUX	fiscal assessoria	24	ventilador manutenção corretiva	R$ 430,00
14	ELGIN	fiscal assessoria	24	contactora manutenção corretiva	R$ 400,00
15	BRASTEMP	fiscal procurador	22	manutenção corretiva	R$ 180,00
16	MIDEA	gabinete	12	motor do evaporador manutenção corretiva	R$ 400,00
17	ELGIN	gabinete	24	manutenção corretiva	R$ 180,00
18	ELGIN	Gabinete procurador geral	24	manutenção corretiva	R$ 180,00
19	MIDEA	Gabinete reunião	12	relé da placa manutenção corretiva	R$ 300,00
20	ELGIN	judicial assessoria	24	manutenção corretiva	R$ 180,00
21	MIDEA	judicial assessoria	12	carga de gás manutenção corretiva	R$ 400,00
22	ELGIN	judicial procurador	36	manutenção corretiva	R$ 350,00
23	MIDEA	licitação assessoria	24	manutenção corretiva	R$ 180,00
24	LG	licitação procurador	12	manutenção corretiva	R$ 150,00
25	BRASTEMP	patrimonial assessoria	24	manutenção corretiva	R$ 180,00
26	MIDEA	patrimonial procurador	12	manutenção corretiva	R$ 150,00
27	MIDEA	protocolo	48	manutenção corretiva	R$ 400,00
28	MIDEA	T.I	12	manutenção corretiva	R$ 150,00
				VALOR TOTAL	**R$ 6.480,00**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 A CONTRATADA receberá pela prestação do serviço a importância de **R$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais)**, que será pago em até 30 (trinta) dias, através de depósito bancário (Banco do Brasil) na conta corrente da contratada, que deverá indicar a agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o pagamento correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.

2.2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções;

2.3 A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito à atualização monetária.

2.4 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

a) Certidão Negativa de Débitos emitida pelo INSS;

b) Certidão de Regularidade de Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS;

c) Certidão de regularidade fiscal para com as Fazendas: Federal e Municipal.

2.5 Serão pagos os serviços efetivamente solicitados e devidamente realizados e atestados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE E DA RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência do Contrato os preços serão fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DA FONTE DE RECURSOS

Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica

Elemento de Despesa – 339039

Fonte de Recurso: 1500100 – Recursos não vinculados de impostos-GERAL

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 O objeto deste contrato, será executado mediante Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho expedida pela CONTRATANTE, de acordo com sua necessidade, sem nenhuma despesa adicional além do valor adjudicado constante da Proposta.

CLÁUSULA SEXTA – ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 A realização do serviço deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do empenho, no seguinte endereço: Av. Nossa Senhora de Fátima, n° 2341, bairro Fátima, Teresina-PI.

6.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3 O bem será recebido definitivamente, no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade do produto.

6.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.5 Constando vícios ou defeitos de qualquer espécie, no período provisório, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca imediata do produto por outro da mesma espécie em perfeitas condições de uso.

Avenida Nossa Senhora de Fátima, 2341
Bairro Fátima, Teresina - PI CEP 64048-180

86 99498-0086

pgmteresina@gmail.com

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será permitida a subcontratação do objeto do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. O contrato terá vigência de **06 (seis) meses**, a contar da assinatura, não sendo permitida sua prorrogação.

CLÁUSULA NONA – DO ACRÉSCIMO OU DA SUPRESSÃO

9.1 A Procuradoria Geral do Município reserva-se no direito de aumentar ou reduzir o presente contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, previstos no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, sem que dessa decisão caiba, à licitante, direito a qualquer indenização.

9.2.A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária.

9.3.Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

a) – compete à contratante:

10.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA.

10.2. Efetuar o pagamento no prazo e forma estipulados no contrato, após apresentação da Nota Fiscal e/ou fatura devidamente atestada pela PGM.

10.3. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto do presente contrato.

10.4. Fazer cumprir a garantia dos materiais, quando for o caso.

b) – compete à contratada:

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesse termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

10.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 À PGM fica reservado o direito de rescindir, unilateralmente, o presente Contrato, independente de interpelação judicial, se a contratada:

a) Descumprir as cláusulas contratuais;
b) Executar o Contrato com irregularidade;
c) Atrasar ou paralisar, sem justificativa prévia, a entrega dos materiais;
d) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, as obrigações pelo cumprimento deste Contrato;
e) Tiver falência decretada ou a entrada em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
f) Por superveniente incapacidade técnica;
g) For dissolvida a empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de rescisão por inadimplência da contratada será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de rescisão do presente Contrato, a CONTRATADA receberá somente o valor correspondente aos serviços prestados, deduzido o valor de multa contratual prevista na cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. A recusa injustificada da contratada em aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais estabelecidas.

12.2. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, fica sujeita a CONTRATADA à multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor total da proposta, não ultrapassando a 10% (dez por cento).

12.3. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento contratual, a Procuradoria Geral do Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

12.4. Advertência.

12.5. Multa equivalente a 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato pela inexecução total, ou 5% (cinco por cento) sobre o valor remanescente do mesmo, no caso de inexecução parcial.

12.6. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

12.7. Declaração de inidoneidade para com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a PGM pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.8. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

12.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A execução e acompanhamento deste instrumento contratual serão fiscalizados pelo Chefe da Divisão de Administração Interna da PGM, sendo este responsável, tendo autoridade para exercer em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

A Fiscalização a ser efetivada no caput desta cláusula compete, entre outras atribuições:

13.1.1 Solicitar à Contratada e seus prepostos, por escrito e devidamente protocolado, com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução deste contrato;

13.1.2. Anexar aos autos do processo administrativo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

13.1.3. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada;

13.1.4 Ordenar à Contratada que reponha os materiais fornecidos em desacordo com o especificado;

13.1.5. Atestar o recebimento do objeto contratual no processo administrativo de pagamento requerido pela Contratada;

13.1.6. Informar imediatamente, no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do conhecimento pelo fiscal do contrato, à Chefia de Gabinete da PGM quaisquer erros, imperfeições ou desacordos com as especificações ou prazo de execução dos serviços que forem verificadas na execução deste contrato para que a contratada seja acionada juridicamente no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do conhecimento pelo fiscal do contrato;

13.1.7. Acompanhar os prazos de execução e de vigência deste termo contratual, manifestando-se quanto ao interesse de renovação do contrato informando a Coordenação de Contratos e Licitações no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término destes prazos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

14.1. Integram o presente contrato e a eles são remissivos, o termo de referência e seus anexos, a justificativas e a(s) proposta(s) de preços, inclusive a apresentada pela CONTRATADA, constantes no processo administrativo n° 00047.002318/2021-06, estando ainda este Contrato vinculado à Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e ao Decreto Municipal N.º 13.183/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 A CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à assinatura deste Contrato, providenciará a sua publicação no Diário Oficial do Município (DOM), visando garantir a eficácia do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão submetidos a parecer do Órgão Jurídico da PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, e resolvidos em conformidade com o preceituado nas Leis nº 8.666/93, 10.520/2002 suas alterações posteriores e demais legislações vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes contratantes escolhem e elegem, de suas livres e espontâneas vontades, com renúncia a qualquer outro, por mais especial e privilegiado que possa ser, para cada uma delas, o foro da Comarca de Teresina, Capital do Estado do Piauí, para nele discutirem e dirimirem quaisquer dúvidas ou pendências, porventura surgidas, originárias deste Contrato, desde que não possam ser solucionadas prévia e amigavelmente por elas próprias.

E, por estarem de acordo, as partes por seus legítimos representantes já indicados, rubricam e assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possa produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Teresina-PI, 05 de Abril de 2022.

Aurélio Lobão Lopes
Procurador-Geral
CONTRATANTE

Maria Clara Silva Sousa
Titular – AC Refrigeração
CONTRATADA

Avenida Nossa Senhora de Fátima, 2341
Bairro Fátima, Teresina - PI CEP 64048-180
86 99498-0086
pgmteresina@gmail.com

TESTEMUNHAS:

_____ CPF _____

_____ CPF _____